

- Alguém q luta e --- sonha

- Alguém q ~~disse~~ canta as canções
q todo o povo entoa

- Candidatura do ~~povo~~ povo, da classe
operária

Fundação Cuidar o Futuro



- "Oj coisa está pronta p' vencer
neste país"

TÓPICOS PARA A INTERVENÇÃO NO COMÍCIO DE SANTARÉM

22.01.86

IDEIAS-FORÇA: APOIO ACTIVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À PROSECUÇÃO DE POLÍTICAS TENDENTES A FAVORECER AS INOVAÇÕES SOCIAIS, A INDEPENDÊNCIA DO PAÍS NA ÁREA ALIMENTAR, AO DESENVOLVIMENTO AUTO-CENTRADO E SOLIDÁRIO.

Na minha proposta de Pacto de Estado comprometo-me enquanto Presidente da República a dar apoio activo à prossecução de políticas tendentes a favorecer a independência nacional, a moralização da vida pública, o desenvolvimento sustentado e a satisfação das necessidades básicas da população.

Deste meu compromisso, gostaria de pormenorizar alguns aspectos que entroncam na realidade sócio-económica e cultural do País e que se prendem com a necessidade de, no novo ciclo da vida portuguesa, o Presidente da República ser um estimulador de inovações sociais, ser um apoiante do desenvolvimento sustentado, designadamente para garantir a independência do País na área alimentar.

Verifica-se que a ideologia do crescimento que preconiza que "quanto mais, melhor" e que todos os problemas estruturais terminarão por se resolver por intermédio de um avanço quantitativo, é completamente inadequado a Portugal. Com efeito confrontamo-nos com problemas das duas primeiras revoluções industriais, desde a fome e o desemprego até à busca de padrões exportadores fora de tempo, a par de situações típicas de



?
embaraço com a introdução da informática e da Telemática. Coexistem no mesmo espaço, por vezes, a microelectrónica, a mais negra opressão e as marcas da desnutrição.

Apoiar, por conseguinte, as inovações sociais no contexto urbano significa tornar visível o meu empenhamento na criatividade e engenho das comunidades urbanas na busca de soluções que levarão a compreender melhor as estruturas da nossa vida material quotidiana, a encontrar novas formas de organização de actividades económicas que vão pondo progressivamente termo a recursos bloqueados, subutilizados ou desperdiçados no ecossistema urbano, e, não menos importante, a compreender a área de identificação e produção de tecnologias apropriadas que permitam o uso mais racional e intensivo da capacidade de trabalho e incitem a comunidade a participar para a melhoria das suas condições de vida.

→ O Presidente da República é procurador de todos os portugueses e incentivador de novas formas de agir sobre o quotidiano. Ao abolir as formas de exclusão em que minorias têm excesso de palavra e iniciativa e as maiorias estão constrangidas e humilhadas por silenciamento, penúria e falta de promessa no futuro, o Presidente da República mover-se-á num quadro político e moral susceptível de dinamizar essas políticas tendentes a uma maior igualdade social, à eficiência económica como a sustentação ecológica. ?

Como sempre tenho afirmado, "cabe aos cidadãos contribuírem para a clarificação da componente presidencial do regime, quer apontando para as zonas em que o alargamento dos poderes presidenciais parece imperativo, quer explicitando o que, na actual estrutura da lei fundamental, contém virtualidades de intervenção que ainda não foram actualizadas".



A massa dos cidadãos organizados aprendeu a encontrar soluções para as crises do quotidiano que não foram assumidas pelas instituições teoricamente chamadas a fazê-lo. É no contexto urbano que a sociedade de consumo mobiliza os cidadãos para a inércia, para a abulia, para o consumo pelo consumo. As inovações sociais como oportunidades de desenvolvimento, da criação da riqueza e de um relacionamento de fevição e de solidariedade, estarão na base de um processo colectivo de libertação que o Presidente da República deverá estimular com o seu apoio. Com efeito, e retomando a minha proposta de Pacto de Estado, comprometo-me "apoiar activamente as políticas que visem resolver as mais graves carências do nosso povo, especialmente das camadas mais desfavorecidas, designadamente nos domínios do emprego, habitação, saúde, educação e demais necessidades básicas". Darei ênfase na minha actuação à participação da comunidade e aos esquemas de promoção de soluções surgidas nas próprias comunidades, tornando claro que a *Chefia do Estado* assume responsabilidade e dá toda a atenção ao desenvolvimento de inovações sociais que se traduzam na melhoria das condições de vida.

O mesmo direi da questão alimentar. Importamos na actualidade cerca de 70% dos alimentos e das matérias primas indispensáveis para o fabrico de alimentos. Dentre as consequências que esta degradação vai impondo aos portugueses, gostaria de chamar a atenção para a deficiente dieta alimentar, criando-se produtos com valor nutritivo muito baixo nas chamadas indústrias de agrobusiness e que tem como consequência imediata que os modelos alimentares estão a perder de vista um aspecto essencial, que é o conteúdo nutritivo do alimento e o seu preço económico. Como é costume nestas situações de crescente dependência alimentar, a sociedade industrial uniformiza padrões



e condiciona a escolha dos consumidores para produtos nem sempre saudáveis e aptos, levando à ruína tradições alimentares de enorme importância. O que está a ser feito em termos de regiões demarcadas pelo vinho e queijo, por exemplo, poderia ser extendido para outras actividades de modo a promover-se o alimento regional em condições mais favoráveis, fazendo dele uma factor de desenvolvimento. Se quisermos adoptar uma estratégia anti-crise não recessiva teremos rapidamente de pôr termos à tentação de monoculturas e de especialização estreita e analisar o problema de alternativas alimentares a partir de três variáveis articuladas: tecnologia, localização da produção com relação ao consumo e organização dos circuitos de abastecimento. A busca de alternativas ainda vai no princípio. Podemos embaratecer a nossa alimentação com o aproveitamento de técnicas piscícolas que se fundem com rios e albufeiras, intensificando esforços para melhorar os padrões de consumo de hortofrutícolas; adoptando uma política de cereais que permita valorizar o nosso milho e as nossas produções de cevada, centeio e arroz entre outros exemplos.

A questão alimentar é por mim encarada como uma alavanca para a revalorização da agricultura, assente em práticas culturais enriquecedoras e não esgotantes da fertilidade dos solos; o incentivo aos jovens agricultores e aqueles que no contexto urbano desejem dedicar-se à produção agrícola. Enfim, entendo que o equilíbrio entre a actividade agrícola, florestal, o pastoreio e a indústria agro-alimentar são condições indispensáveis para a salvaguarda dos nossos recursos e para a diminuição da dependência alimentar do país.

O desenvolvimento é uma das condições básicas da liberdade e da democracia. Na apresentação do meu manifesto eleitoral pude afirmar que "Ao propor-me como referência da continuidade dos valores nacionais, da unidade do Estado Português e da inovação para a estabilidade democrática, é minha forte convic-



ção que importa introduzir na sociedade portuguesa elementos de uma nova cultura política, designadamente no que toca à estreita articulação entre democracia e desenvolvimento". A exigência da aplicação dos preceitos contidos na Constituição relativos à existência de um plano entronca na necessidade de gerar confiança dos agentes económicos, por um lado, e de permitir a coordenação indispensável entre os sectores público e privado.

Vejo o desenvolvimento sustentado e solidário como um dos fundamentos da estabilidade e da nossa independência enquanto nação.

No diálogo com Eduardo Prado Coelho, Jaime Nogueira Pinto e João Carlos Espada, "As minhas respostas", pude aclarar alguns conceitos sobre o plano e o desenvolvimento como manifestações modernas da cultura política. O plano exprime-se a partir do poder político, dos vários grupos sociais, de todos quanto estão envolvidos no processo de produção mas em todos os processo de criação de riqueza e da criação da matriz cultural e da reflexão sobre as grandes questões nacionais.

Fundação Cuidar o Futuro

O plano não é um instrumento fechado e elaborado fora das realidades, como o foi antes do 25 de Abril, é uma realidade mais vasta que tem a ver com a estrutura das nossas finanças a nível do Estado, definindo metas, objectivos, patamares de execução. Por conseguinte, exigirei muito mais que o Orçamento de Estado e considerarei, enquanto Presidente da República, a questão do Plano como uma das questões-chave da nossa vida económica. Se realizarmos o Plano de Desenvolvimento, com consulta às populações através do poder local, com consultas às organizações de trabalhadores, e com consulta aos vários interesses económicos, nós temos aí a garantia de uma estrutura que toca praticamente toda a população.



De acordo com o sentido etimológico do verbo, desenvolver é superar obstáculos que impedem o florescimento da civilização.

Desenvolver é também uma restituição da cidadania nesta época de medos e pavores artificiais em que o conservadorismo alimentado pelo mito da grande crise reclama soluções de autoridade e firmeza, sob o disfarce de ideias liberais do séc. 19.

A multiplicação de espaços e lugares da democracia representativa e directa, a convergência para um novo progresso, estão ao nosso alcance. O futuro é hoje. Mudar de vida é mudar de política. A tanto me proponho com a vossa colaboração. A minha eleição para a Chefia do Estado não só se saldará na derrota de nenhum partido político como absterá a permanência de falsos conflitos institucionais, motivados pela avidez de aparelhos e clientelismos dos grupos de pressão desses partidos.

A minha eleição conceita inovações sociais, uma melhor relação entre a participação política e os poderes constituídos.

A minha vitória, assente no propósito da resolução gradual dos verdadeiros problemas do país, será a vitória da estabilidade política com a recusa de ideologias gastas e de propostas obsoletas.

Será a vitória da fraternidade, da paz, da solidariedade colectiva contra o desencanto.

A minha eleição à Presidência da República significará, por último, que a política é de todos e de todos os dias.



TÓPICOS PARA O FECHO DA INTERVENÇÃO

Difícilmente nos ocorre à memória uma campanha presidencial, em qualquer ponto do globo, onde grupos e instituições tinham convergido na difamação, no ataque demencial a um candidato independente.

O que nos leva a pôr algumas questões:

- Se a candidatura era frágil e condenada ao fracasso, por que se coligiram do primeiro ao último dia no tempo de antena, no simulacro dos abaixo-assinados, numa quase perseguição do candidato, órgãos de soberania, organizações especiais de intoxicação e alguns meios de comunicação social?
- Se a candidatura não estava destinada a vencer as eleições e se não contava com um expressivo apoio popular, por que razão não houve um só minuto da campanha eleitoral em que as centrais de intoxicação e do boato não tinham inventado estados de espírito de desistência?

Ao longo de toda a campanha, fiz questão de sublinhar que a minha vitória não seria a derrota de ninguém. Não me deixa de magoar, no entanto, a verificação da correria desnorteada dos últimos dias e que nos evoca a situação de colapso e debandada em que se envolveram órgãos de soberania e partidos políticos, algures entre Novembro e Dezembro de 1980.

Há prestígio e gratidão públicas que se podem perder em intervenções lamentáveis.

Houve desespero a mais e falta de cuidado na convergência de insultos e faltas éticas inadmissíveis que vieram de áreas inesperadas.

Mas, como diz a sabedoria popular, as más acções ficam com quem as pratica.

